

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE &
PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAIS**

**PAOLA ROOS ADVOCACIA
CORPORATIVA & PROTEÇÃO
DE DADOS PESSOAIS**

Sumário

Apresentação	4
Classificação dos Dados Pessoais Objeto de Tratamento	5
Política de Proteção de Dados.....	6
Princípio.....	6
Declaração de Política de Proteção de Dados	6
Bases Legais e Finalidades dos Tratamentos de DP	7
Retenção de Dados Pessoais	8
Contrato com Operadores de Dados Pessoais.....	9
Organização como agente Operadora – Contrato com Controladores.....	10
Site e Cookies	11
Transferência de Dados Transfronteiriça	12
Princípios de proteção de dados.....	14
Finalidade	14
Adequação.....	14
Necessidade	15
Livre acesso.....	15
Qualidade dos dados	15
<i>Transparência</i>	16
<i>Segurança</i>	16
<i>Prevenção</i>	16
<i>Não discriminação</i>	17
<i>Responsabilização e prestação de contas</i>	17
Armazenamento de informações pessoais	18
Violação de Dados	18
Os Direitos dos Titulares de Dados – art. 18 da LGPD	18
I - Confirmação da Existência de Tratamento	18
II - O direito de acesso.....	18
III - O direito à retificação.....	19
IV - Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários	19
V - O direito à portabilidade de dados	19
VI - O direito de apagar	20
VII – Informação sobre o compartilhamento dos dados	20
VIII - Informação sobre possibilidade de não fornecer consentimento e sobre consequências.....	20
IX – Revogação do consentimento.....	20
X – Reclamações perante a ANPD	20
Observações sobre os Direitos dos Titulares de Dados	21
Definições	21
Dados Pessoais.....	21
Dados Pessoais Sensíveis	21
Controlador de Dados.....	22
Operador de Dados	22
Tratamento	22
Anonimização	22
AIPD – Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados	23
Consentimento.....	23
Conformidade de políticas	23
Medição de Conformidade.....	23
Exceções	23
Considerações finais	23
Declaração de Compromisso com a Melhoria contínua.....	23

Apresentação

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (“Política”) tem como objetivo fornecer orientações e diretrizes sobre o gerenciamento das atividades e operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais.

Este documento faz parte do programa de conformidade da empresa à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) e é destinada aos titulares de dados pessoais, às empresas clientes, às empresas parceiras e ao público em geral.

A LGPD é uma lei que perpassa diferentes agentes econômicos no Brasil, do setor privado, público e do terceiro setor, oferecendo as regras e condições para que os dados pessoais possam ser utilizados nas atividades dos agentes de tratamento.

Na condução das suas atividades profissionais a Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais realiza operações de tratamento de dados pessoais nas quais busca o melhor interesse dos titulares, respeitando os seus direitos e liberdades, podendo ser caracterizada ora como Controladora de Dados Pessoais, ora como Operadora de Dados Pessoais, de acordo com as definições da LGPD, reforçando, em todas as posições que ocupa, o compromisso com o cumprimento das regras de privacidade e proteção de dados pessoais aplicáveis.

O processo de conformidade à LGPD da Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais é materializado nos documentos integrantes do Sistema de Gerenciamento de Privacidade e Proteção de Dados, que contemplam as medidas técnicas e organizacionais implementadas com o objetivo de gerenciar o ciclo de vida dos dados pessoais objeto de tratamento, cumprir com os requisitos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados pessoais dos titulares, observar os princípios que norteiam a proteção de dados pessoais e os princípios de privacidade desde a concepção e por padrão (*privacy by design e by default*), gerenciar os riscos à privacidade de dados pessoais e as demandas de titulares de dados, bem como por parte das autoridades governamentais, estabelecer Plano de Resposta à Violações de Dados, promover a educação através da conscientização sobre importância da proteção à privacidade e de dados pessoais, gerenciar compromissos e atribuir

responsabilidades por parte de todos os usuários envolvidos nos processos de tratamento que realiza.

Esta política será objeto de permanente monitoramento e revisão buscando a melhoria contínua, de modo a acompanhar não apenas a expansão das atividades da Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais, de acordo com seus valores, missão e propósito, mas sobretudo para acompanhar as inovações tecnológicas, implantação de novos serviços, desenvolvimento da legislação, medidas regulatórias e normas técnicas envolvendo a proteção de dados pessoais e direitos e liberdades dos titulares.

O objetivo desta política é atender aos requisitos legais, regulatórios e contratuais que envolvem a organização nos termos da Lei 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), observando os direitos dos Titulares de Dados Pessoais (DP).

No que se refere ao escopo, esta política aplica-se a toda organização interna, diretamente aos seus colaboradores contratados ou terceirizados e sócios, bem como às partes externas, como seus Operadores de DP contratados ou subcontratados, parceiros de negócios (terceiros) e demais stakeholders, de forma a envolver direta ou indiretamente, todos os que tratam DP em nome da Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais, inclusive, ela própria, em nome de outros Controladores.

Classificação dos Dados Pessoais Objeto de Tratamento

O escopo desta seção é definir a classificação dos dados pessoais objeto de processamento pela Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais. Os dados pessoais de pessoas naturais processados pela Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais quando ocupa a posição de agente controladora, estão classificados de acordo com cada atividade de tratamento devidamente indicada e registrada no documento denominado no ROPA (Record of Processing Activities/ Registro de atividades de processamento - em tradução) da organização.

As atividades de tratamento realizadas pela Paola Roos Advocacia englobam os seguintes dados pessoais:

- a) Dados pessoais de identificação:** nome, CPF, RG, data de nascimento e imagem;

- b) **Dado pessoal de estado civil:** certidão de casamento ou união estável;
- c) **Dado pessoal de profissional:** profissão;
- d) **Dados pessoais de endereço eletrônico:** endereço de e-mail;
- e) **Dados pessoais de endereço físico:** endereços residencial e comercial;
- f) **Dados pessoais de contato:** telefone celular, telefone fixo;
- g) **Dado pessoal de dependente:** certidão de nascimento;
- h) **Dado pessoal de Cadastro no sistema de saúde:** cartão do SUS;
- i) **Dado pessoal trabalhista:** GFIP/CTPS/PIS/PASEP/NIS;
- j) **Dado Pessoal de Filiação:** nome dos ascendentes;
- k) **Dado pessoal indireto de identificação veicular:** placa, chassi e renavam de veículos;

- l) **Dado Pessoal de identificação imobiliária:** matrícula de imóveis de propriedade do titular;

- m) **Dado Pessoal Sensível:** gênero + informações médicas e de saúde;

Quando operadora de dados pessoais, o tratamento está autorizado por contratos, nos termos da seção “Organização como Agente Operador – Contratos com Controladores”, p. 8, infra.

Política de Proteção de Dados

Princípio

Dados Pessoais são tratados pela organização nos mais diversos aspectos de seu ciclo de vida, observando a boa-fé e boas práticas de governança.

Aplicam-se políticas, processos e demais controles relacionados, objetivando a conformidade constante com a LGPD, regulações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais leis atinentes à proteção de dados pessoais.

Declaração de Política de Proteção de Dados

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais é classificada como Agente **Controladora** e Agente **Operadora** de DP, no contexto das definições da LGPD.

Esta política confirma o compromisso da Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais em proteger a privacidade das informações pessoais de seus potenciais

clientes, clientes, colaboradores, contratados, parceiros, subcontratados e outras partes interessadas.

A organização engajou programas para um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) e para um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação (SGPI) que estão alinhados às normas internacionais ISO/IEC 27001:2013 e ISO/IEC 27701:2019, para garantir que os processos de informações pessoais sejam conduzidos pautados em uma rígida Gestão de Riscos de Segurança e Privacidade e demais boas práticas de governança, de serviços e de dados.

Bases Legais e Finalidades dos Tratamentos de DP

As atividades de tratamento realizadas pela Paola Roos Advocacia aos clientes estão diretamente relacionadas aos serviços contratados, situação em que podem ter por bases legais aquelas previstas nos arts. 7º, incisos I, II, V e VI e 11º, incisos I e II, “d”, da Lei 13.709/18, e têm por finalidade a prestação dos serviços técnicos contratados ou análises prévias necessárias à estimativa de honorários advocatícios, conforme o caso.

Em relação aos colaboradores, a base legal para o tratamento de dados é a prevista no art. 7º, inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados, e a finalidade é dar cumprimento às obrigações legais decorrentes do contrato de trabalho. No que se refere aos prestadores de serviços (operadores de DP) a base legal é a prevista no art. 7º, inciso V, da Lei 13.709/18 e a finalidade é a regular execução do contrato firmado entre os contratantes.

Apenas o Agente Controlador toma decisões sobre a hipótese de Tratamento de Dados Pessoais. Assim sendo, como Agente Operadora, não há decisões a serem tomadas quanto à base legal, porém, o referido tratamento somente poderá ser realizado pela Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais mediante prévio contrato estabelecido e firmado entre os Agentes de Tratamento, com instruções específicas, conforme previsto nesta política.

Quando os usuários dos ambientes online da Paola Roos Advocacia preenchem os formulários do site, solicitam contato pelo aplicativo WhatsApp, inscrevem-se no newsletter, etc.) a base legal é o consentimento (já que o próprio titular fornece os dados pessoais, solicitando o contato) e a finalidade do tratamento de dados nestes ambientes é possibilitar a identificação do titular, viabilizar a resposta ou a solicitação formulada nos canais de atendimento de forma personalizada, Identificar, por meio do preenchimento de quizzes, quais são os produtos e serviços ideais para o interessado, informar sobre novidades, funcionalidades, conteúdos e notícias que a Paola Roos Advocacia entende relevantes para o usuário.

Para facilitar a comunicação da Paola Roos Advocacia com o universo de titulares de dados pessoais com quem se relaciona sem que haja violação a direitos previstos da LGPD, a organização instituiu o sistema *opt out* ou sistema de desativação, através do qual é facultado aos titulares de dados pessoais - a qualquer momento - descadastrarem-se do recebimento de e-mails encaminhados pela organização, bastando, para isso, clicarem no link ao final da mensagem de e-mail recebida. Para voltar a receber as comunicações, o interessado necessitará promover nova solicitação junto aos canais de atendimento, constante do ambiente digital da Paola Roos Advocacia.

Retenção de Dados Pessoais

No que se refere à “retenção”, prazo legal de conservação de documentos contendo Dados Pessoais varia conforme a natureza jurídica do documento, tendo sido considerado, para confecção da Tabela de Temporalidade de Dados Pessoais, a possibilidade de o documento ou informação ser útil ou necessária para a preservação de direitos da organização, em juízo ou fora dele.

Em relação aos clientes os dados pessoais serão armazenados obrigatoriamente pelo prazo de vigência dos respectivos contratos. Finda a relação, a organização mantém os dados pessoais pelo prazo de dez (10) anos, com fundamento no art. 205 do Código Civil.

O mesmo prazo é observado para usuários dos ambientes online da organização, especialmente dados pessoais de contato decorrentes de solicitações de atendimento através de formulários do site <https://www.paolaroos.com.br> e redes sociais (instagram, linkedin e youtube) e também presencialmente nos eventos promovidos pela Paola Roos Advocacia,

harmonizando assim os processos de descarte e registros de *compliance* da organização.

Em relação aos colaboradores, a retenção de documentos contendo dados pessoais observa os prazos de guarda específicos previstos na legislação e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis.

Em todos os casos de retenção de documentos contendo dados pessoais, há a aplicação de recursos e medidas técnicas e administrativas para proteção dos atributos de confidencialidade, integridade e disponibilidade das respectivas informações.

Contrato com Operadores de Dados Pessoais

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais observa a Privacidade e Proteção de Dados para com seus clientes e demais Titulares de Dados ao celebrar com Operadores de DP (também Operadores em relação à organização), contratos que contenham minimamente:

- I. O nome do tratamento;
- II. A duração do tratamento;
- III. A natureza e o propósito do tratamento;
- IV. Os tipos de dados pessoais envolvidos;
- V. As categorias de Titulares de Dados envolvidas nas atividades de tratamento;
- VI. Direitos e obrigações das partes envolvidas;

Os contratos também incluem termos que afirmam que:

- VII. O Operador deve garantir que as pessoas que processam os dados estejam sujeitas a Acordo de Não Divulgação ou instrumento semelhante que garanta a confidencialidade dos dados pessoais em tratamento;
- VIII. O Operador deve tomar as medidas adequadas para garantir a segurança do Tratamento de DP;
- IX. O Operador deve estender ao subcontratado (outro Operador) por termo próprio, as mesmas responsabilidades a que ela está sujeita perante o Controlador;
- X. O Operador deve tomar as medidas adequadas para ajudar o Controlador a responder as solicitações de indivíduos, para que exerçam seus direitos;

- XI. Levando em conta a natureza do tratamento e as informações disponíveis, o Operador deve auxiliar o Controlador no cumprimento de suas obrigações com a LGPD no Brasil em relação à segurança do Tratamento de DP, à notificação de Violações de Dados e às Avaliações de Impacto de Proteção de Dados;
- XII. O Operador deve excluir ou devolver todos os dados pessoais ao Controlador (por opção do Controlador) ao final do contrato, e o Operador também deve excluir os dados pessoais existentes, a menos que a lei exija seu armazenamento; e
- XIII. O Operador deve fornecer ao Controlador e este ao Operador, informações e evidências de que ambos estejam cumprindo suas obrigações para com a LGPD.

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais mantém o registro de tais contratos.

Organização como agente Operadora – Contrato com Controladores

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais também observa a Privacidade e Proteção de Dados para com seus clientes como Operadora de DP, enquanto estes são agentes Controladores, auxiliando-os no cumprimento de suas obrigações legais no tocante ao Tratamento de DP de seus Titulares, por contrato celebrado entre as partes, garantindo que:

- Somente processará DP conforme instruções documentadas pelo Controlador, a menos que seja exigido por lei para agir sem tais instruções;
- Informará ao Controlador cliente se, na sua opinião, uma instrução de tratamento viola alguma regulamentação e/ou lei aplicável ao Tratamento de DP pretendido;
- Todos os envolvidos nas atividades de Tratamento de DP terão um Acordo de Não Divulgação (Confidencialidade) assinado, por termo próprio ou através cláusulas contratuais, para garantir a confidencialidade e confiabilidade das ações;
- Não utilizará os DP sob um contrato para marketing e propaganda, sem o estabelecimento de que um consentimento foi obtido do Titular de DP de forma apropriada; tal consentimento não será, em hipótese alguma, uma condição para prestação do serviço;
- Observa e cumpre, especificamente, o Art. 6º da LGPD, que dispõe sobre a boa-fé e princípios para as atividades de Tratamento de DP;

- Somente envolverá um outro Operador de DP se devidamente aprovado e firmado em contrato com seu Controlador;
- Tomará as medidas adequadas para ajudar o Controlador a responder a solicitações de indivíduos para exercerem seus direitos;
- Levando em conta a natureza do tratamento e as informações disponíveis, auxiliará o Controlador no cumprimento de suas obrigações para com a LGPD no Brasil em relação à segurança do tratamento, à notificação de Violações de Dados Pessoais e às Avaliações de Impacto de Proteção de Dados;
- Excluirá ou devolverá todos os DP ao Controlador (por opção do Controlador) no final do contrato, não mantendo cópias, a menos que a lei exija seu armazenamento; e
- Se coloca à disposição do Controlador e da ANPD para eventuais necessidades de auditorias e inspeções, bem como se compromete a dar ao Controlador qualquer informação que precise para garantir que ambos estejam cumprindo suas obrigações para com a LGPD.

Site e Cookies

Como forma de respeito ao princípio da autodeterminação informativa, ao entrar no site da Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais o usuário poderá definir previamente suas preferências de cookies, selecionando quais cookies irá autorizar.

As definições sobre cada tipo de cookie coletado podem ser acessadas através do link “configurações” no banner de cookies na capa do site www.paolaroos.com.br, englobando cookies essenciais/necessários, funcionais, de análise e performance e de marketing. Importante referir que os cookies denominados “essenciais/necessários” são necessários para que o site funcione adequadamente e não poderão ser desabilitados, não coletando informações que possam identificar o usuário.

Atenção: Para melhor avaliar a decisão sobre o consentimento quanto aos cookies, a Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais recomenda ao usuário que acesse o site <https://www.allaboutcookies.org/>, no qual existem explicações

detalhadas a respeito de cada tipo de cookie bem como a informações sobre como desativá-los.

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais recomenda, em adição, que o visitante acesse o link abaixo que explicam como acessar as configurações de cookies em vários navegadores diferentes e como desabilita-los, se assim desejar: <https://www.allaboutcookies.org/manage-cookies/stop-cookies-installed.html>.

Para não ser rastreado pelo Google Analytics em todos os sites, o usuário pode acessar o link <https://tools.google.com/dlpage/gaoptout?hl=pt-BR> e proceder às configurações necessárias.

Os sites indicados podem ser acessados no idioma português, mediante opção “traduzir para português” acessível clicando com o botão direito do mouse / cursor.

Transferência de Dados Transfronteiriça

A LGPD, em seu Art. 33, determina as condições para que uma Transferência de Dados Transfronteiriça possa acontecer, sendo elas:

I - para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei;

II - quando o controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos nesta Lei, na forma de:

- a) cláusulas contratuais específicas para determinada transferência;
- b) cláusulas-padrão contratuais;
- c) normas corporativas globais;
- d) selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;

III - quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional;

IV - quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

V - quando a autoridade nacional autorizar a transferência;

VI - quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;

VII - quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público, sendo dada publicidade nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei;

VIII - quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades; ou

IX - quando necessário para atender as hipóteses previstas nos incisos II, V e VI do art. 7º desta Lei.

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais utiliza serviço de cloud (nuvem) junto à Microsoft (one drive). O serviço de hospedagem de e-mail corporativo é fornecido pela Hostinger, cujo serviço de cloud (nuvem) é junto a AWS.

Ambos os fornecedores, Microsoft e AWS possuem servidores nos EUA. Tanto a Hostinger quanto a AWS e a Microsoft têm claro posicionamento quanto ao cumprimento da Lei 13.709/18 e Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), afirmando-se publicamente como agentes Operadores de tratamento de dados pessoais em relação às empresas contratantes de seus serviços.

Nesse sentido, referidos provedores (fornecedores da Paola Roos Advocacia) têm plena capacidade econômica para arcar com eventuais danos causados ao universo de titulares de dados ligados aos serviços prestados pela organização.

Nota importante:

As condições para uma lícita transferência de dados transfronteiriça ainda demandam regulação pela ANPD, motivo pelo qual esta política a não determina qual política será observado para este fim.

Contudo, a Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais se compromete a, minimamente, observar sua relação com Operadores de DP em escopo extraterritorial, de forma a dar preferência às contratações de apenas aqueles que demonstram maiores controles em relação à disciplina de Privacidade e Proteção de Dados.

Compromete-se, outrossim, a, tão logo haja a regulação pela ANPD dos dispositivos legais para as Transferências de Dados Transfronteiriça, revisar esta política.

Princípios de proteção de dados

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais está comprometida com o Tratamento de DP de acordo com suas responsabilidades nos termos da LGPD. O Art. 6º da LGPD estabelece que haja boa-fé no Tratamento de DP e estabelece a observação dos seguintes princípios:

Finalidade

Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais só processa dados para fins coletados e comunicados e não por outros motivos sem o acordo e o conhecimento do Titular de Dados.

Adequação

- Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais revisa e documenta os dados em tratamento, tanto como operadora quanto como controladora. Nesta última hipótese, são definidas as bases legais para o processamento.

Necessidade

- Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais assegura que os dados coletados não sejam excessivos e sejam adequados à finalidade para a qual foram coletados.

Livre acesso

- garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais em processamento.

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais garante aos Titulares de Dados o exercício de seus direitos e liberdades, de forma gratuita, disponibilizando canais de comunicação com a organização, por meio do link <https://paolaroos.com.br/solicitacao-de-titulares-de-dados/>.

Qualidade dos dados

- garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

Os tratamentos realizados pela Paola Roos Advocacia seguem o princípio da minimização, que requer que os dados coletados sejam mínimos e apenas necessários ao tratamento proposto, com garantias de sua qualidade e precisão, bem como sua integridade, afinados ao propósito do tratamento.

Transparência

- garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

A Paola Roos Advocacia garante ao Titular de Dados o fornecimento de informações claras sobre seus dados pessoais e tratamentos associados, através do Fluxo de Atendimento ao Titular de Dados, em procedimento documentado.

Segurança

- utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais implementou Sistema de Gestão de Segurança da Informação, com base na ISO/IEC 27001:2013, observando controles adicionais à privacidade de dados sugeridos pela ISO/IEC 27701:2019, de forma a conduzir corretamente os Tratamentos de DP e observando também a segurança de todos os ativos relacionados com este processo, reduzindo todos os riscos associados a um nível aceitável pela organização.

Prevenção

- adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do Tratamento de Dados Pessoais;

A organização conduz Gestão de Riscos à Segurança da Informação e Privacidade, para assegurar-se de que os DP que trata não sejam sujeitos à Violações, bem como estabelece medidas preventivas e avaliações necessárias.

No entanto, é importante esclarecer e ressaltar que – apesar das medidas empregadas – as transmissões de dados baseadas em sistemas automatizados e/ou através da Internet podem estar sujeitas a falhas de segurança. Assim, a proteção absoluta não pode ser garantida, pois podem existir situações fora de controle, tais como falhas de hardware ou

software, ataques cibernéticos e outros fatores que podem comprometer a segurança de dados pessoais através da internet, apesar dos esforços e investimentos em segurança da informação.

Nesse sentido, a atuação responsável por parte do titular é fundamental para a manutenção de um ambiente seguro para todos, através da adoção de boas práticas de segurança em relação aos seus acessos, seus equipamentos e, sobretudo, aos seus dados.

Não discriminação

- impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais garante ao Titular de Dados que, seus DP não serão tratados de forma discriminatória e/ou ilícita, tampouco serão cometidos abusos, de modo que será realizado apenas o tratamento proposto. Para isso, coloca-se à disposição dos Titulares de Dados e da ANPD, bem como dos Controladores para os quais presta serviços, para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Responsabilização e prestação de contas

- demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas;

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais implementou Programa de Privacidade e Proteção de Dados que, além de permitir que as boas práticas e governança sejam devidamente aplicadas, conforme previsto na LGPD, são aptas a fornecer evidências de compliance.

Armazenamento de informações pessoais

O armazenamento de informações pessoais está em conformidade com a Política de Classificação e Manuseio de Informações Pessoais e Política de Segurança da Informação definidas internamente pela Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais.

Violação de Dados

Em caso de violação dos princípios previstos pela LGPD, tendo como premissa a conservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade de DP de Titulares, a Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais deverá invocar o processo de gerenciamento de incidentes.

As Violações de Dados serão avaliadas e, quando apropriado e exigido, os Titulares de Dados e a ANPD, bem como outras autoridades e entidades previstas no **Plano de Resposta à Violação de Dados**, como outros Controladores de DP, são devidamente notificados e acionados, ainda conforme prazos previstos na Lei e detalhados no Plano.

Os Direitos dos Titulares de Dados – art. 18 da LGPD

I - Confirmação da Existência de Tratamento

Os Titulares de DP têm direito de serem informados, diante requisição ao Controlador, sobre a existência de Tratamento de seus DP. A confirmação deve ser feita de forma imediata, se em formato simples, ou ainda, num prazo de 15 dias, de forma detalhada.

II - O direito de acesso

Os Titulares de Dados têm o direito de acessar seus Dados Pessoais. Os indivíduos podem fazer uma solicitação de acesso conforme previsto em Lei, por requisição formal, através do link <https://paolaroos.com.br/solicitacao-de-titulares-de-dados/>.

III - O direito à retificação

A LGPD inclui o direito de os indivíduos terem dados pessoais imprecisos corrigidos ou concluídos se forem incompletos. Os indivíduos podem fazer uma solicitação de acesso conforme previsto em Lei, por requisição formal, através do link <https://paolaroos.com.br/solicitacao-de-titulares-de-dados/>.

Em certas circunstâncias, a Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais reserva-se o direito de recusar pedido de retificação, quando não puder ser documentalmente comprovada a incorreção, pelo titular.

IV - Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários

Os Titulares de Dados têm o direito de solicitar a restrição ou supressão de seus DP. Este não é um direito absoluto e só se aplica em certas circunstâncias. Em algumas situações, por exemplo, os dados não podem ser eliminados, anonimizados ou bloqueados, pois estão sendo utilizados em demanda judicial, regulatória ou administrativa envolvendo autoridades públicas.

Quando o processamento é restrito, a Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais pode armazenar os dados pessoais, mas não os usar. Os indivíduos podem fazer uma solicitação de acesso conforme previsto em Lei, por requisição formal, através do link <https://paolaroos.com.br/solicitacao-de-titulares-de-dados/>.

V - O direito à portabilidade de dados

O direito à portabilidade de dados permite que os Titulares de Dados obtenham e reutilizem seus dados pessoais para seus próprios propósitos em diferentes serviços.

Ele permite que eles movam, copiem ou transfiram dados pessoais facilmente de um ambiente de TI para outro de forma segura e segura, sem afetar sua usabilidade.

Este direito depende de regulamentação pela Autoridade de Dados do Brasil e não se aplica à determinadas atividades, como as desenvolvidas pela Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais, além disso, aplica-se apenas às informações que um Titular de Dados efetivamente forneceu a um controlador.

VI - O direito de apagar

A LGPD introduz o direito de os indivíduos terem DP apagados. Os indivíduos podem fazer uma solicitação de acesso conforme previsto em Lei, por requisição formal no link indicado nesta política. O direito não é absoluto e só se aplica em certas circunstâncias.

VII – Informação sobre o compartilhamento dos dados

A LGPD introduz o direito de os indivíduos terem informações sobre quem pode acessar seus DP. Esta informação pode ser encontrada no **Registro de Atividades de Processamento** da Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais e será fornecida ao titular mediante solicitação no link <https://paolaroos.com.br/solicitacao-de-titulares-de-dados/>.

VIII - Informação sobre possibilidade de não fornecer consentimento e sobre consequências

Os Titulares de Dados têm o direito de serem informados sobre a possibilidade de não fornecer consentimento ao Tratamento de Dados realizado com base nesta autorização legal (art. 7º, inciso I, LGPD).

IX – Revogação do consentimento

A LGPD dá aos Titulares de Dados o direito de revogarem o consentimento anteriormente dado para um determinado Tratamento de Dados Pessoais. Contudo, tal situação não é aplicável na hipótese do tratamento fundar-se em base legal diversa, situação que será devidamente explicada ao titular.

X – Reclamações perante a ANPD

A LGPD dá aos Titulares de Dados o direito de realizar reclamações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ANPD. Este direito é exercido pelos Titulares diretamente junto

à ANPD. A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais, se solicitada pelo Titular de Dados, compromete-se a orientá-lo.

Observações sobre os Direitos dos Titulares de Dados

Para atender aos requisitos legais impostos pela LGPD, os Titulares de Dados poderão exercer seus direitos mediante requisição formal pelo canal de comunicação disponibilizado pela organização <https://paolaroos.com.br/solicitacao-de-titulares-de-dados/>.

Definições

Para garantir que a empresa entenda suas obrigações com a proteção de Informações Pessoais, as seguintes definições se aplicam e baseiam-se no entendimento atual desses termos conforme estabelecidas pela LGPD, em seu Art. 5º:

Dados Pessoais

Qualquer informação relativa a uma pessoa física identificada ou identificável (Titular de Dados), direta ou indiretamente, em particular, por referência a um identificador como nome, número de identificação, dados de localização, um identificador on-line ou a um ou mais fatores específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa natural.

Dados Pessoais Sensíveis

Dados Pessoais que são, por sua natureza, particularmente sensíveis, conforme contexto definido pela LGPD, merecem proteção específica, pois o contexto de seu processamento poderia criar riscos significativos aos direitos e liberdades fundamentais. Dados Pessoais Sensíveis incluem Dados Pessoais revelando origem racial ou étnica, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas, ou membros sindicais, dados genéticos, dados biométricos com o propósito de identificar exclusivamente uma pessoa natural, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa natural.

Controlador de Dados

A pessoa física ou jurídica, autoridade pública, agência ou qualquer outro órgão, que isoladamente ou em conjunto com outros, determina os propósitos e meios de processamento de Dados Pessoais.

Operador de Dados

Uma pessoa física ou jurídica, autoridade pública, agência ou qualquer outro órgão que processe Dados Pessoais em nome de um Controlador de Dados.

Titular

Pessoa natural/física a quem se refere os dados pessoais que são objeto de algum tratamento;

Tratamento

Uma operação ou conjunto de operações que é realizada em Dados Pessoais ou em conjuntos de Dados Pessoais, seja por meios automatizados, como coleta, gravação, organização, estruturação, armazenamento, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, divulgação ou de outra forma disponibilização, alinhamento ou combinação, restrição, eliminação ou destruição dos dados.

Anonimização

Desidentificar irreversivelmente dados pessoais de tal forma que a pessoa não pode ser identificada usando tempo, custo e tecnologia razoáveis, seja pelo controlador ou por qualquer outra pessoa para identificar esse indivíduo. Os princípios de processamento de Dados Pessoais não se aplicam a dados anonimizados, pois não são mais Dados Pessoais.

AIPD – Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados

Definido pela LGPD, também leva o nome de **RIPD**, ou Relatório de Impacto sobre a Proteção de Dados. É uma documentação do controlador que contém a descrição dos processos de Tratamento de Dados Pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.

Consentimento

Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Conformidade de políticas

Medição de Conformidade

A equipe de gerenciamento de segurança da informação verificará a conformidade com essa política através de vários métodos, incluindo, mas não se limitando a, análises, relatórios de ferramentas de negócios e auditorias internas.

Exceções

Qualquer exceção à política deve ser aprovada e registrada.

Considerações finais

Declaração de Compromisso com a Melhoria contínua

A Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais reforça o seu compromisso com boas práticas de privacidade e proteção de dados, comprometendo-se a se manter seu Sistema de Gerenciamento de Privacidade e Proteção de Dados atualizado com a

legislação em vigor, normativas e recomendações emitidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

Assume, outrossim, o compromisso de revisitar a presente Política periodicamente e, a seu critério, promover modificações que atualizem suas disposições de modo a melhorar a cultura da organização e o comprometimento com a privacidade e a proteção de dados pessoais dos titulares.

Eventuais modificações que possam importar em alteração das finalidades dos tratamentos de dados ou que importem em compartilhamento ou comunicação de dados a terceiros que não estejam anteriormente previstas serão regularmente comunicadas aos titulares dos dados de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, sendo-lhes requerido, se for o caso, consentimento para o tratamento para esta outra finalidade ou para a comunicação ou compartilhamento de dados.

A última versão será indicada ao final deste documento com a última data de sua atualização, que será a Política de Privacidade vigente. É recomendável aos titulares a vista ao site da Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais periodicamente, para se atualizarem das eventuais modificações na Política de Privacidade e Proteção de Dados.

Após a leitura desta Política de Privacidade, em caso de qualquer dúvida ou solicitações para o cumprimento de seus direitos, mais detalhes sobre a coleta ou processamento, de dados pessoais podem ser solicitados Paola Roos Advocacia Corporativa & Proteção de Dados Pessoais a qualquer momento. Entre em contato através do link <https://paolaroos.com.br/solicitacao-de-titulares-de-dados/>. Esta Política deve ser interpretada segundo a legislação brasileira.

Florianópolis, 15 de março de 2023.

Paola Roos

Data Protection Officer - <https://app.exeed.pro/badge/78561>